

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.304.984 - SP
(2018/0134519-6)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : ORLANDO MANETTI FILHO
EMBARGANTE : DIVANIR ALVES DE SOUZA SILVA
EMBARGANTE : WAGNER PRADO
EMBARGANTE : NADIR BARRETO DE ALMEIDA
EMBARGANTE : MARIA DO CARMO CARVALHO
EMBARGANTE : MARIA BEATRIZ CORREA ALVARENGA
ADVOGADO : ALVARO RODRIGO LIBERATO DOS SANTOS - SP164520
EMBARGADO : NELSON ISIDORO DA SILVA
EMBARGADO : OSCAR FRIGERI
EMBARGADO : APARECIDA BROTTTO FRIGERI
ADVOGADO : MARCELO DE ROCAMORA - SP159470
EMBARGADO : JOSE CARLOS MOLLO ALARCON
EMBARGADO : SILVIA BARBOSA ALARCON
ADVOGADO : FREDERICO NICOLAU MARCHINI FONSECA - SP062279
EMBARGADO : HABITAX EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME
EMBARGADO : ANTÔNIO CASTRO LYRIO DE ALMEIDA
EMBARGADO : ADA LUIZA TINCANI LYRIO DE ALMEIDA
ADVOGADOS : CAMILO SIMOES FILHO E OUTRO(S) - SC031711
ANDREA LUIZA LYRIO DE ALMEIDA - SP223050

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. ERRO MATERIAL. ACOLHIMENTO.

1. Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexistir omissão ou obscuridade a ser sanada no julgado embargado.
2. A existência de erro material na decisão embargada conduz ao acolhimento da pretensão.
3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, para sanar erro material atinente à descrição do polo passivo da ação.

DECISÃO

Embargos de declaração no agravo em recurso especial, interposto por ORLANDO MANETTI FILHO e OUTROS, contra decisão que conheceu do agravo, para conhecer parcialmente do recurso especial que

interpusera e, nessa parte, negou provimento e que assim foi ementada:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C DECLARATÓRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
2. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
3. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (e-STJ, fl. 1.786)

No presente recurso, apontam os embargantes possíveis contradição e omissão em relação à aplicação das Súmulas 283/STF e 568/STJ. Além disso, aduz pela existência de erro material em relação ao polo passivo da presente ação, no sentido de considerar a pessoa de NELSON ISIDORO na condição de demandado.

É O BREVE RELATÓRIO.

É notória a busca de efeitos infringenciais, não havendo as alegadas omissão e contradição em relação à aplicação da Súmulas 283/STF e 568/STJ, porquanto a decisão embargada trata expressamente da matéria novamente vertida nestes embargos de declaração.

Entretanto, a decisão embargada contém erro material quanto ao ponto mencionado, haja vista que a pessoa de NELSON ISIDORO não figura na condição de demandado da presente ação.

Assim, os presentes embargos de declaração comportam acolhimento para sanar erro material em relação à descrição da ação contida na decisão embargada, que passa a ter a seguinte redação: "**Ação:** de

desconstituição de negócio jurídico c/c declaratória, ajuizada pelos agravantes, em face de OSCAR FRIGERI e OUTROS, na qual alega (...)"

Forte nessas razões, ACOELHO PARCIALMENTE os embargos de declaração - apenas - para sanar o erro material apontado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

